



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
 Nome: Alberico Francisco do Nascimento
 E-mail: alberico@ifma.edu.br
 Instituição: Instituto Federal do Maranhão, Brasil

Submetido: 30/04/2019
 Aprovado: 25/07/2019
 Publicado: 13/12/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8655290](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8655290)
 e-Location: e019053
 ISSN: 1676-2584



Distribuído
Sobre



A ROTA DA TRANSREGIONALIZAÇÃO, DA TRANSNACIONALIZAÇÃO E DOS OLIGOPÓLIOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MARANHÃO

  Alberico Francisco do Nascimento¹

RESUMO

O artigo aborda a transregionalização, a transnacionalização e os oligopólios educacionais focados na Educação a Distância, como uma expressão da financeirização do capital na educação superior, referenciada pelas premissas neoliberais que orientam a reprodução do capital. O processo de construção teórico-prático deste estudo partiu do pressuposto de que esse fenômeno só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva de análise que o considera como uma totalidade concreta. Dessa forma, o universo de investigação foi composto por todas as Instituições de Ensino Superior que ofertam Educação a Distância no Maranhão e os dados foram coletados a partir de consultas no portal do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC e nos documentos públicos sobre Educação a Distância. Os resultados indicaram que a massificação da Educação a Distância no Maranhão é um fenômeno concreto e que esse estado é rota crescente dos oligopólios educacionais transregionais e transnacionais, fomentados pelo grande capital em busca de alta lucratividade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Oligopólios. Maranhão.



THE ROUTE OF TRANSREGIONALIZATION, TRANSNATIONALIZATION AND EDUCATIONAL OLIGOPOLIES IN DISTANCE EDUCATION IN MARANHÃO

Abstract

The article deals with transregionalization, transnationalization and educational oligopolies focused on distance education, as an expression of the financialization of capital in higher education, referenced by the neoliberal premises that guide the reproduction of capital. The process of theoretical-practical construction of this study started from the assumption that this phenomenon can only be understood from a perspective of analysis that considers it as a concrete totality. Thus, the research universe was composed of all higher education institution offering distance education in Maranhão and the data were collected from the National Registry of Higher Education Courses and Institutions: e-MEC and in the public documents on distance education. The results indicated that the massification of Distance Education in Maranhão is a concrete phenomenon and that this state is a growing route of transregional and transnational educational oligopolies, fomented by big capital in search of high profitability.

Key words: Distance Education. Oligopolies. Maranhão.

EL ROUTE OF TRANSREGIONALIZACIÓN, TRANSNACIONACIÓN Y EDUCACIÓN OLIGOPOLIS IN DISTANCE EDUCACIÓN EN MARANHÃO

Resumen

El artículo aborda la transregionalización, la transnacionalización y los oligopolios educativos enfocados en la Educación a Distancia, como una expresión de la financierización del capital en la educación superior, referenciada por las premisas neoliberales que orientan la reproducción del capital. El proceso de construcción teórico-práctico de este estudio partió del supuesto de que ese fenómeno sólo puede ser comprendido a partir de una perspectiva de análisis que lo considera como una totalidad concreta. De esta forma, el universo de investigación fue compuesto por todas las Instituciones de Enseñanza Superior que ofrecen Educación a Distancia en Maranhão y los datos fueron recolectados a partir de consultas en el portal del Catastro Nacional de Cursos e Instituciones de Educación Superior - Catastro e-MEC y en los documentos públicos sobre Educación a Distancia. Los resultados indicaron que la masificación de la Educación a Distancia en Maranhão es un fenómeno concreto y que ese estado es una ruta creciente de los oligopolios educativos transregionales y transnacionales, fomentados por el gran capital en busca de alta rentabilidad.

Palabras clave: Educación a distancia. Oligopolios. Maranhão.



INTRODUÇÃO

As crises contínuas do capital, ao invés de o levarem a um estado de colapso definitivo, estão sendo sempre sucedidas de alternativas de expansão do raio de ação das relações de produção capitalistas. Apesar da crise estrutural (Mészáros, 2002) o capital está sempre se expandindo e conseqüentemente ampliando sua lucratividade. Os monopólios foram uma das formas de ampliação do capital. Nesse ato, o capital industrial se uniu ao capital bancário e juntos possibilitaram a reoxigenação do sistema todo.

A crise estrutural vem apontando para a necessidade de novas configurações, que estão reorientando a reprodução do capital. (HARVEY, 2011). O capital financeiro, potencializado pela instantaneidade das novas tecnologias de informação e comunicação, a transregionalização, a transnacionalização dos negócios e os oligopólios decorrentes desse processo representam a configuração atual do sistema capitalista. (CHESNAIS, 1996). Nos dias atuais pode-se falar em uma fusão entre capitais com procedências as mais distintas possíveis, buscando lucratividade pautada na lógica da globalização, ou seja, se expandindo dos países centrais para o conjunto do mundo e fazendo o caminho de volta com os dividendos, deixando para trás um rastro de exploração sem precedentes na história da humanidade.

Com essa abordagem introdutória aponta-se para a expansão da Educação a Distância² (EAD) pela via da transregionalização, da transnacionalização e dos oligopólios educacionais, como uma expressão da financeirização do capital na educação superior. Uma forma perversa e articulada do capital recompor sua lucratividade, face aos altos índices de inadimplência e a queda da demanda nesse setor. Com efeito, o crescimento estratosférico das matrículas nessa modalidade de ensino não é mérito apenas das suas premissas didáticas e metodológicas fetichizadas pelas novas tecnologias. Antes é uma estratégia, uma reorganização dos investimentos capitalistas na busca por valorização.

O processo de financeirização da educação superior no Brasil começou em 2007, quando teve início uma onda de negociações no setor educacional pautadas em interesses preponderantemente mercantis. Várias Instituições de Ensino Superior³ (IES) privadas - Anhanguera Educacional Participações, Estácio, Kroton Educacional - organizadas e gerenciadas por grupos financeiros abriram o seu capital na bolsa de valores na primeira década desse milênio. Os resultados dessas negociações foram: valorização de capital, aumento da margem de lucro e redução dos custos operacionais.

Esse processo de financeirização das IES, combinado com o alto índice de inadimplência no setor educacional levou as IES de pequeno porte à bancarrota e fortaleceu a formação de grandes grupos econômicos atuando na área educacional. Fusões milionárias de IES e grupos e redes educacionais foram acontecendo, como foi o caso da fusão da Kroton com a Anhanguera, que criou o maior grupo de educação do mundo. Esse ato foi um marco na Bovespa em termos de valor de mercado investido em educação, conforme o portal de notícias G1.



A presença e atuação desses grandes grupos empresariais consolidou a formação de oligopólios - número reduzido de grandes empresas que atuam num segmento do mercado. A educação superior privada no Brasil, principalmente na modalidade a distância, recebe compulsoriamente a influência e mesmo o controle desses grupos econômicos educacionais, que incorporam a entrada de capital estrangeiro e de seus interesses mercantis.

Com a finalidade de possibilitar a compreensão de algumas particularidades desse fenômeno é que este estudo destaca a transregionalização, a transnacionalização e os oligopólios focados na educação superior a distância, tendo como recorte o Estado do Maranhão. A problematização do objeto em tela se deu a partir do seguinte questionamento: Quais as peculiaridades da EAD no Maranhão no que diz respeito a municípios com oferta de EAD, origem e formato administrativo das IES?

O processo de construção teórico-prático desta pesquisa partiu do pressuposto de que o fenômeno da transregionalização, da transnacionalização e dos oligopólios educacionais focados na EAD só podem ser compreendido a partir de uma perspectiva de análise que o considera como uma totalidade concreta. Com esse delineamento esta pesquisa se classifica de acordo com Vergara (2003) da seguinte forma: quanto à sua finalidade é exploratória, descritiva, explicativa. Exploratória porque tomou como campo de investigação um espaço geopolítico delimitado, o Estado do Maranhão, no qual não há registro de investigação desse objeto com essa delimitação. Necessitando, portanto, de coleta dos dados nas fontes primárias que compõem o universo dessa pesquisa. Descritiva porque expôs as peculiaridades da EAD a partir da sua generalidade global e da sua particularidade na realidade educacional maranhense. E, explicativa porque buscou uma relação de causa e efeito a fim de demonstrar a expressividade e as implicações desse fenômeno no Maranhão.

Quanto aos meios materiais utilizados esta pesquisa é bibliográfica e documental. Bibliográfica pela necessidade de se recorrer a uma vasta literatura: livros, periódicos, hipertextos, entre outros, para elaboração do marco teórico do trabalho. Documental, uma vez que foi necessário recorrer-se a Leis, Decretos e outros documentos que forneceram dados relevantes sobre as políticas e práticas de internacionalização da educação superior no Maranhão.

O universo de investigação deste estudo foi composto por todas as IES que ofertam EAD no Maranhão. Quanto à metodologia de operacionalização este estudo investigou nas IES que ofertam EAD no Maranhão: o *modus operandi* (as que operam de forma independente e aquelas vinculadas a oligopólios educacionais) o estado e a região de origem dessas IES, assim como os municípios maranhenses onde essas IES operam. Os dados foram coletados a partir de consultas no portal do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC e nos documentos públicos sobre EAD. A análise dos dados coletados foi desenvolvida a partir da dinâmica dos movimentos das contradições engendradas no conjunto das relações sociais, política e econômica.



O pressuposto que sustenta essa análise contém o entendimento de que a demanda por EAD é crescente no Maranhão. Entretanto, a expansão dessa modalidade de educação não pode ser vista apenas como uma tendência de uma sociedade viralizada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, nem simplesmente como uma demanda intempestiva da população por acesso ao ensino superior. De fato, a oferta está formatando e direcionando a procura. O estudo da EAD precisa ir além das questões que focam no fetiche da tecnologia e enveredar por questões mais amplas vinculadas ao processo de reestruturação do capital nos países periféricos a fim de mostrar como esses países se tornaram um grande mercado para a venda de combos educacionais. Sem a pretensão de esgotar esse debate, essa é a proposta desta pesquisa.

A REFORMA DO ESTADO E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Como estratégia de superação da grave crise fiscal na década de 1980, o Estado capitalista brasileiro, assim como a maioria dos Estados da América Latina, implementou várias reformas elaboradas e “recomendadas” pelos organismos supranacionais (FMI e Banco Mundial) na década de 1980, no evento que ficou conhecido como Consenso de Washington. A crise fiscal vivenciada pelos países periféricos, dentre outras consequências, resultou na queda da credibilidade econômica desses países no mercado externo. Nesse contexto, aceitar as condicionalidades claramente expostas e impostas pelos organismos internacionais para a concessão de empréstimos, não era uma das opções, era a opção. Reestruturar o Estado a partir de um paradigma neoliberal, condizente com os interesses supranacionais foi uma das condicionalidades que impactaram o conjunto da classe trabalhadora nos países periféricos.

No Brasil, a reforma do aparelho do Estado consistiu, sobretudo, no redimensionamento das suas responsabilidades e na diminuição do seu tamanho, ou seja, houve uma reestruturação das suas dimensões econômica e administrativa ficando estabelecido o que seriam os serviços exclusivos do Estado, como a legislação, o judiciário, e o que seriam os serviços não exclusivos do Estado, que na lógica da política neoliberal podem ser compartilhados com a iniciativa privada, e entre eles estão a educação, a saúde e a previdência.

Corroborando com esse pensamento Nascimento (2011, p. 102) afirma que no campo educacional:

A ideia foi remeter a atividade educacional para o mercado e tornar o aluno cliente de um serviço que, de acordo com a análise dos tecnocratas da reforma do Estado, se mantido apenas pelo Estado capitalista seria ineficiente, enquanto que no mercado se pauta a partir de princípios empresariais que o Estado gerencial consegue administrar.

Ainda na área educacional, os documentos *La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1994) e *Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria* (BANCO MUNDIAL, 2003), ambos produzidos pelo banco mundial, funcionaram como receitas de bolo Brasil e na América Latina. Destacam-se as seguintes orientações no seu texto: i) a diversificação do ensino, o que significou um maior



número de instituições privadas (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 31). E ii) a adoção da EAD tendo em vista que os programas de ensino nessa modalidade são geralmente muito menos custosos que os programas universitários correntes, considerando o alto número de estudantes por professor. (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 37).

Essa posição do documento questiona a falta de diversificação institucional e metodológica das universidades públicas que adotam o modelo europeu face às múltiplas demandas de desenvolvimento econômico e social. A efetivação das diversificações resultou na criação de várias Instituições de Ensino Superior não universitárias (Institutos, Faculdades, Faculdades Integradas e Centros de Ensino) com a finalidade de viabilizar o investimento do capital na educação. (NASCIMENTO, 2011, p. 116).

Quanto à indicação da EAD pelo documento supracitado como uma modalidade de ensino mais barata que a educação presencial, Nascimento (2011, p. 119) assevera que:

Com efeito, a modalidade EaD é indicada como proposta de formação para esses grupos não em função de alguma eficiência pedagógica que ela represente, pois os mentores do Banco Mundial não entram nessa discussão, mas defendem o uso da EaD nesse caso tomando como referência o montante final dos resultados e a economia de recursos financeiros.

O caminho estava aberto para a proliferação a modalidade EAD. Conforme dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018a, p. 15) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP o número de IES privadas (2.152) ultrapassa em muito o das universidades públicas – federais, estaduais e municipais (296). 87,9% das instituições de educação superior são privadas. Do total de IES (2.448), apenas 199 são universidades.

Com relação à evolução do número de matrículas em cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância o Censo (BRASIL, 2018a, p. 18) registra que o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 0,4% entre 2016 e 2017; Na modalidade a distância, o aumento é de 17,6% no mesmo período, maior percentual registrado desde 2008; Entre 2007 e 2017, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 375,2%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 33,8% nesse mesmo período. O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo quase 1,8 milhão em 2017, o que já representa uma participação de 21,2% do total de matrículas de graduação.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), órgão que congrega pessoas físicas e jurídicas interessadas na promoção da EAD e cujo objetivo é contribuir com o desenvolvimento da EAD no Brasil, realiza anualmente o Censo EAD.BR que já está na sua décima edição. Este censo apresenta um Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. O Censo EAD.BR – 2017, divulgado em 2018, foi realizado com uma amostra de 341 instituições e abordou temas como: perfil das instituições formadoras e valor, polos de apoio presencial, cursos oferecidos, número de matrículas e taxas de evasão dos cursos, perfil das instituições fornecedoras, perfil dos alunos, recursos educacionais oferecidos aos alunos de



EAD, situação dos negócios em EAD e acessibilidade na educação a distância. Algumas dessas temáticas relacionadas ao tema desse trabalho são aqui abordadas.

No que diz respeito aos tipos de cursos, o Censo EAD.BR mostra que 47% das instituições oferecem a modalidade associada de EAD e presencial, seguida de 36% de instituições com cursos a distância, híbridos e presenciais. Apenas 9% das instituições oferecem somente cursos EAD (ABED, 2018, p.50). Esses dados indicam que no Brasil o forte da EAD é o ensino semipresencial, focado nos encontros realizados nos polos de apoio presencial.

Do total de 11.008 polos contabilizados pelo já referido Censo, 3.137 foram criados em 2017 e somente 137 foram fechados no mesmo ano. O Censo EAD.BR relata que a expansão do número de polos teve uma aceleração jamais vista em praticamente todas as categorias administrativas – Federal, Estadual, Municipal e Privadas. (ABED, 2018, p. 56).

O Censo constatou que, 30% das instituições informantes optaram por criar polos em outras cidades. Outros 15% fortaleceram sua presença nas cidades em que já atuavam, e 15% criaram polos tanto nas cidades em que já atuavam quanto em outras, 40% não declararam. (ABED, 2018, p. 57). Essa movimentação geográfica na criação de polos é que este estudo nomeia de transregionalização. Esse fenômeno ocorre tanto de uma capital para outra, como também se caracteriza, principalmente, por uma intensa interiorização dessas instituições. Essa estratégia coloca as instituições de EAD em um raio de atuação transregional que fortalece sua presença comercial no seu estado sede.

Ainda sobre os polos de EAD faz-se necessário registrar, que a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, editada pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho, foi um grande presente para os negociadores da EAD, uma vez que flexibilizou a regulamentação, possibilitando a criação de instituições que trabalham com EAD sem a obrigação da contrapartida presencial e ainda facilitou a criação de polos de EAD, tanto no Brasil como no exterior.

O Art. 12 da supracitada Portaria Normativa mostra como a porteira foi aberta: “as IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderão criar polos EAD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definidos no quadro a seguir, considerados o ano civil e o resultado do Conceito Institucional mais recente”. Os referenciais quantitativos para a criação dos polos são os seguintes: as instituições com conceito institucional 03 (três) podem criar até 50 (cinquenta) polos anualmente; com conceito institucional 04 (quatro) podem criar até 150 (cento e cinquenta) polos anualmente; com conceito institucional 05 (cinco) podem criar até 250 (duzentos e cinquenta) polos anualmente. Entende-se, que em curto prazo será bastante perceptível o impacto de tais medidas, na já massificada oferta de EAD no Brasil.

Esses dados indicam a dimensão que tomou a EAD no Brasil após a década de 1990, especialmente, após a sua oficialização no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996 e sua regulamentação nos Decretos nº 5.622/05, 5.773/06, 6.303/07, 9.057/17 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. A realidade da EAD no século XXI no Brasil é marcada por uma expansão massificada



impulsionada por oligopólios e fundos de investimentos em busca de altos lucros nesse segmento educacional, uma vez que a educação presencial no final da década de 1990 teve uma acentuada redução no número de matrículas. A formação desses oligopólios educacionais ocorre através da compra, venda e fusões de instituições educacionais. Um oligopólio representa uma concentração da produção e da comercialização em escala transnacional.

Como resultado da implantação desse paradigma comercial no setor educacional, vários grupos educacionais que operam com EAD, inclusive grupos estrangeiros, já abriram seu capital e passaram a atuar na bolsa de valores, como é o caso das seguintes IES: Kroton Educacional S.A, DeVry, Carlyle e Estácio Participações.

No Maranhão, a presença desses oligopólios educacionais no cenário da educação superior a distância é bastante perceptível e crescente. Daí decorre os questionamentos que representam o desdobramento da problematização inicial desse estudo: Em quais municípios maranhenses as IES que ofertam EAD estão presentes? Quais oligopólios educacionais estão presentes no Maranhão através dessas IES?

A MOBILIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS OLIGOPÓLIOS EDUCACIONAIS NO MARANHÃO

De acordo com o portal do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC, que é a única base de dados oficial de informações relativas às IES e cursos de graduação do Sistema de Ensino Brasileiro, quarenta (40) IES (incluindo públicas e privadas) ofertaram educação superior no Maranhão em 2018. Destas, vinte e cinco (25) além de ofertar educação presencial, ofertam também EAD. São elas: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Universidade Ceuma – UNICEUMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, Centro universitário Claretiano – CEUCLAR, Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, Centro Universitário Internacional – UNINTER, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Centro Universitário UNISEB - UNISEB, Faculdade AIEC – AIEC/FAAB, Faculdade do Maranhão – FACAM – MA, Faculdade Integrada da Grande Fortaleza – FGF, Faculdade Nordeste – FANOR, Universidade Anhanguera – UNIDERP, Universidade Castelo Branco – UCB, Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, Universidade Santo Amaro – UNISA, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Universidade Estácio de Sá – UNESA, Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Universidade Paulista – UNIP, Faculdade Educacional da Lapa – FAEL e a Universidade Metodista de São Paulo – UMESP.

Das vinte e cinco (25) IES que ofertam EAD no Maranhão apenas cinco (05), ou seja, 20% são efetivamente maranhenses. Vinte (20) não tem sede no Maranhão (80%). O resultado desse estudo mostrou que São Paulo é o estado que mais exporta IES para o Maranhão. 08 das 20 IES que não tem sede no Maranhão são paulistas. As outras 12 IES que ofertam EAD no



Maranhão são dos seguintes Estados: Rio de Janeiro (02), Brasília (01), Mato Grosso do Sul (02), Paraná (03), Santa Catarina (01), Rio Grande do Sul (01), Fortaleza (02). Quando a análise do total das IES (25) é feita por região tem-se o seguinte resultado – 10 IES tem sede na região Sudeste (40%), 05 na região Sul (20%), 03 na região Centro-oeste (12%) e 07 na região Nordeste (28%).

Esses dados indicam a transregionalização da EAD que somente é possível através das novas tecnologias de informação e comunicação que a cada instante se maximizam continuamente e se massificam no cotidiano dos sujeitos sociais. Ressalta-se ainda que o Maranhão no cenário da EAD, devido aos baixos índices educacionais, é visto pelos investidores do ramo educacional, como um mercado promissor para o investimento capitalista em educação. É também um estado exportador de matrículas, uma vez que os maranhenses matriculados na EAD são contabilizados no censo das IES acima citadas.

Conforme consta no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC em 2018 a EAD está presente em trinta e sete (37) dos duzentos e dezessete (217) municípios maranhenses. Entre as vinte e cinco (25) IES que ofertam EAD nesses municípios três (03) são públicas – UFMA, UEMA, IFMA – e estão operando em trinta (30) dos trinta e sete (37) municípios onde a EAD está presente. A UFMA institucionalizou a EAD em 2004 e o IFMA em 2005. Esta última IES aderiu à EAD a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB. A UEMA trabalha com EAD desde 1998 e é a IES maranhense pioneira nessa modalidade de ensino.

Assim como todas as IES que ofertam EAD, essas instituições públicas tem na sua estrutura um Núcleo de Educação a Distância – NEAD, responsável pela gestão da EAD. É crescente a ampliação dos NEADs na viabilização do projeto institucional de EAD nas IES públicas. Esses Núcleos são formados por uma equipe multidisciplinar de professores, técnicos, pesquisadores com a finalidade de definir políticas tecnológicas institucionais, coordenar, orientar, executar atividades ligadas à EAD e capacitar, através de formações didáticas pedagógicas os profissionais ligados a essa modalidade de ensino (RUMBLE, 2003).

Os NEADs, embora estejam subordinados hierarquicamente à universidade a que pertencem, representam na verdade, uma instituição dentro da outra. A instituição NEAD representa a EAD e a instituição que abriga o NEAD representa a educação presencial. O caso da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA é emblemático nesse aspecto e mostra o nível de sistematização alcançado pelo seu Núcleo de Educação a Distância, pois essa IES passou por um processo de reformulação do seu projeto de EAD no qual a denominação NEAD foi substituída por UEMANET. Com essa mudança, o espectro de atuação do núcleo foi ampliado para além do âmbito da EAD, incorporando na sua prática, toda e qualquer ação de caráter educacional, que possa ser mediada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Além disso, a utilização do nome da IES (UEMA) associado ao vocábulo (NET) para nomear o referido núcleo, projeta no mesmo a ideia de que se trata de outra instituição, com identidade



própria, embora carregue a chancela da instituição que o hospeda. É como se existisse de fato uma institucionalização paralela na IES que oferta EAD.

No que diz respeito à amplitude de atuação das IES que ofertam EAD no Maranhão, constatou-se no cadastro e-MEC que dos trinta e sete (37) municípios, apenas treze (13) tem somente uma IES operando com EAD. Os outros vinte e cinco (25) tem no mínimo duas IES ofertando EAD. O destaque fica por conta das duas cidades maranhenses mais desenvolvidas: i) São Luís, a capital maranhense, que contabiliza vinte e três (23) IES ofertando EAD. ii) Imperatriz que conta com onze (11) IES credenciadas para ofertar essa modalidade de ensino.

Quadro 1 – Relação dos municípios e da quantidade de IES que ofertam EAD no Maranhão em 2018.

(continua)

MUNICÍPIOS MARANHENSES		IES	QUANTIDADE
1	AÇAILÂNDIA	UNINTER, UNISEB, FACAM-MA, UNISA, UEMA, UNIP.	6
2	ALTO PARNAÍBA	UEMA.	1
3	ANAPURUS	UNINTER UEMA, UFMA.	3
4	ARARI	IFMA, UEMA.	2
5	BACABAL	UNINTER FACAM, UNICEUMA, UEMA, UNIP.	5
6	BALSAS	UNINTER, AIEC/FAEB, FACAM-MA, UEMA.	4
7	BARRA DO CORDA	IFMA, UNIDERP, UEMA, UFMA.	4
8	BARREIRINHAS	UNIMES.	1
9	BOM JESUS DAS SELVAS	UEMA, UFMA.	2
10	CANTANHEDE	UNINTER.	1
11	CAROLINA	IFMA, UEMA, UFMA.	3
12	CAXIAS	IFMA, UNIDERP, UEMA, UFMA.	4
13	CODÓ	IFMA, UEMA.	2
14	COELHO NETO	UCB, UEMA.	2
15	COLINAS	UEMA.	1
16	DOM PEDRO	IFMA, UEMA.	2
17	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	UEMA, UFMA.	2
18	GRAJAÚ	UNINTER, IFMA, UNIDERP, UEMA, UFMA.	5
19	HUMBERTO DE CAMPO	UEMA, UFMA.	2
20	IMPERATRIZ	UNIGRAN, UNINTER, UNISEB, AIEC/FAEB, FACAM-MA, UNISUL, UNESA, UEMA, UFMA, UMESP, UNIP.	11
21	ITINGA DO MARANHÃO	UNINTER.	1
22	NINA RODRIGUES	UEMA, UFMA.	2
23	PEDREIRAS	UNIMES.	1
24	PINHEIRO	UFMA.	1
25	PORTO FRANCO	IFMA, UEMA, UFMA.	3
26	PRESIDENTE DUTRA	UNINTER, FACAM-MA.	2
27	RIBAMAR FIQUENE	UNIDERP.	1
28	SANTA INÊS	UNISEB, AIEC/FAEB, FACAM-MA, FAEL, UEMA.	5
29	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	UEMA.	1



Quadro 1 – Relação dos municípios e da quantidade de IES que ofertam EAD no Maranhão em 2018.

(continua)

30	SANO ANTÔNIO DOS LOPEZ	UEMA.	1
31	SÃO JOÃO DOS PATOS	IFMA, UEMA.	2
32	SÃO LUÍS	CEUCLAR, UNIGRAN, UNINTER, UNIASSELVI, AIEC/FAEB, UNISEB, FACAM-MA, FGV, FANOR, IFMA, UNIDERP, UCB, UNICSUL, UNISA, UNICEUMA, UNASUL, UNESA, UEMA, UFMA, ULBRA, UNIMES, UNOPAR, UNIP.	23
33	TIMBIRAS	IFMA, UEMA.	2
34	URBANO SANTOS	FACAM.	1
35	VARGEM GRANDE	UNINTER.	1
36	VIANA	UNINTER.	1
37	ZÉ DOCA	UEMA.	1

Fonte: Brasil, E-MEC (2018b).

Dentre as vinte e cinco (25) IES que ofertaram EAD no Maranhão em 2018 constatou-se que onze (11) delas estão vinculadas a grandes grupos econômicos, que são verdadeiros oligopólios educacionais, são elas: Universidade CEUMA, Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR, Centro Universitário Internacional – UNINTER, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Centro Universitário UNISEB – UNISEB, Universidade Estácio de Sá – UNESA, Faculdade Nordeste – FANOR, Universidade Anhanguera – UNIDERP, Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, Faculdade Educacional da Lapa – FAEL.

O conceito de grupo econômico está delimitado na área do Direito Comercial. Sua formulação tem origem na lei das sociedades anônimas, lei 6.404/76. Um grupo econômico se configura quando uma ou mais empresa, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiver sob a direção, controle ou administração de outra. De outra forma diz-se que a relação é entre um grupo econômico de dominação, que pressupõe uma empresa principal ou controladora e uma ou várias empresas controladas (subordinadas). A alta concentração de IES por um grupo econômico e a utilização dessas instituições em escala internacional caracteriza a formação de oligopólios educacionais. Esses oligopólios vão se fortalecendo através da compra de IES de médio porte com dificuldades financeiras, devido ao alto índice de inadimplência e a reduzida capacidade de diversificação dos seus investimentos.

O estudo mostrou que os grupos educacionais se configuram como grupos de capital fechado e aberto. Os grupos de capital aberto na bolsa de valores têm representação no Brasil, mas operam internacionalmente. Esse raio de ação dos grupos de capital aberto coloca o Maranhão na rota da transnacionalização da EAD.



Quadro 2 – Relação dos grupos econômicos que caracterizam os oligopólios educacionais e a transnacionalização da EAD.

IES	FORMATO ADMINISTRATIVO	CONFIGURAÇÃO
CEUMA	Grupo CEUMA	Capital fechado
CEUCLAR	Rede de Educação CEUCLAR	Capital fechado
UNINTER	Grupo UNINTER	Capital fechado
UNIASSELVI	Fundos Carlyle e Vinci Partners	Capital aberto na Bolsa - EUA
UNISEB	Grupo Estácio	Capital aberto na Bolsa - Brasil
UNESA	Grupo Estácio	Capital aberto na Bolsa - Brasil
FANOR	Grupo DeVry	Capital aberto na Bolsa - EUA
UNIDERP	Grupo Kroton	Capital aberto na Bolsa - Brasil
UNOPAR	Grupo Kroton	Capital aberto na Bolsa - Brasil
UNICSUL	Grupo Cruzeiro do Sul Educacional	Capital fechado – Brasil
FAEL	Apollo Global	Capital aberto na Bolsa - EUA

Fonte: Próprio autor (2018).

Transnacionalização é a mobilização transfronteiriça da educação superior, a partir dos pressupostos inerentes ao mercado capitalista. Suas características principais são a viabilização da educação pela via do consumo e, portanto, mediante pagamento, e a transformação dos estudantes, professores e pesquisadores em consumidores. A transnacionalização da educação como uma medida de ajuste comercial das políticas e práticas da educação superior ao mercado neoliberal foi regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS/GATS⁴).

Vale ressaltar que no âmbito desse acordo, a eliminação das barreiras comerciais não é automática e compulsória, uma vez que o GATS é um acordo voluntário, cabendo a cada país decidir quais setores ficarão sujeitos às regras do acordo. Entretanto, embora seja um acordo voluntário, a opção de aderir ou não ao GATS é apenas um artifício de retórica, uma vez que os países periféricos estão sujeitos às condicionalidades impostas pelos organismos internacionais, o que implica acatar medidas relacionadas aos ajustes estruturais que devem realizar compulsoriamente.

Com o objetivo de diferenciar o setor de serviços de outros setores afins, o GATS estabeleceu critérios para qualificar o comércio de serviços em geral. São identificados no acordo quatro grandes modos distintos: oferta transfronteiriça; consumo no estrangeiro; presença comercial; presença de pessoas. Todos os modos de oferta podem ser relacionados à EaD, entretanto, a oferta transfronteiriça, que se caracteriza pela não movimentação física para o exterior do consumidor ou do prestador do serviço, é o ponto forte da EAD, da aprendizagem *on line*, e universidades virtuais envolvidas nesse acordo.

Em relação à oferta transfronteiriça de EAD, constatou-se nessa investigação que a presença física das IES no Maranhão é demarcada por um polo de apoio presencial, gerenciado por um parceiro credenciado para representar a IES, e que esse preposto é comissionado mediante o número de alunos matriculados e trata-se geralmente de uma pessoa jurídica que opera no ramo das consultorias educacionais. Por fim, afirma-se que a transnacionalização da EAD como uma política educacional, viabilizada pelos organismos



internacionais – OMS e GATS, reconfigura o *modus operandi* das IES que além de produzir para o mercado “[...] produz a si mesma como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes.” (SANTOS, 2005, p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As razões da existência do cenário analisado nesse estudo têm a ver com o fato de que a modalidade EAD se consolida, principalmente como uma forma de recomposição das taxas de lucro, no caso das IES privadas e como fator de desresponsabilização e minimização dos investimentos sociais por parte do Estado, no caso das IES públicas. Nos dois casos, para essas medidas funcionarem a relação orgânica do Estado com o capital tem sido fundamental. (NASCIMENTO, 2011).

O desenvolvimento das inovações tecnológicas a serviço do capital, impôs novas possibilidades de organização da produção como alternativas à crise estrutural do capital, desde a falência do modelo fordista até a incorporação de práticas que flexibilizaram a produção respaldada nos princípios neoliberais do Estado. A transregionalização das IES, a formação de oligopólios e a transnacionalização da educação decorrente desse processo, representa a investida capitalista por novos nichos de mercado, como é o caso da EAD no ensino superior. Esse cenário faz parte do conjunto de possibilidades viabilizadas pela mundialização do capital, cuja função tem sido a de reinventar a produção capitalista para dimensões nunca vista antes. Ou seja, o capital, mediante as consequências das crises que ele mesmo cria e que coloca em questão a garantia da sua valorização, reinventa sua lógica operacional para recompor sua margem de lucro.

Considerando essa lógica, este estudo mostrou que a educação superior no Maranhão está significativamente comprometida com a EAD a partir da lógica do mercado e que esta modalidade de ensino, efetivamente se caracteriza como um espaço utilizado pelo grande capital em busca de valorização. A massificação da EAD no Maranhão é um fenômeno concreto, sistematizado a partir da dinâmica de grandes grupos educacionais, cujo objetivo é a busca de alta lucratividade. Os resultados também ratificaram alguns postulados – abertura para o mercado, globalização de empresas educacionais e redução de direitos sociais - já defendidos e impostos pelo neoliberalismo em relação ao campo educacional.

Na posição de quem luta por um modelo social sustentado pela igualdade de direitos e de oportunidades para todos e todas, espera-se que esta investigação possa energizar as inquietações daqueles que igualmente combatem por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Faz-se necessário ampliar esse debate e abordar outras questões também relevantes que estão inseridas nesse processo, tais como: adoção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado na EAD e redução de direitos trabalhistas, conquistados pelas lutas sociais e a precarização generalizada do trabalho docente. Por fim pontua-se que a mercantilização da



educação não é o caminho para a elevação dos índices educacionais no Maranhão, nem em lugar algum e a submissão do Estado brasileiro às regras da OMC e do GATS deve ser encarada como uma afronta aos direitos sociais da classe trabalhadora, cuja inserção na educação formal é uma demanda crescente e legítima.

REFERÊNCIAS

ABED. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2017**. Analytic Report of Distance Learning in Brazil/[livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. – Curitiba: 2018.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria**. Washington, 2003. Disponível em: [http://www. Banco mundial.org.br](http://www.Banco_mundial.org.br). Acesso em: 8 dez. 2018.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1994. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017a. Regulamenta o Art.80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. E-MEC. **Relação dos municípios e da quantidade de IES que ofertam EAD no Maranhão em 2018**. 2018b. I Quadro.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2017: notas estatísticas**. Brasília, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=71221-notas-sobre-censo-educacao-superior-2016-pdf&category_slug=agosto-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017b. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.



HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, A. F. **Educação a distância e fetichismo tecnológico: estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil**. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

OMC. **Servicios de enseñanza** – nota documental de la secretaria. 1998.

RUMBLE, G. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: UNESCO, 2003.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

WTO. World Trade Organization. **Ministerial declaration** (Doha). 2001.

Notas

¹ Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do Magistério Superior do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Contato: alberico@ifma.edu.br.

² EAD daqui em diante.

³ IES daqui em diante.

⁴ GATS é a sigla em inglês para *General Agreement on Trade in Service* / Acordo Geral para Comércio e Serviço - AGCS. Tendo em vista que a sigla em inglês (GATS) é de pleno conhecimento do âmbito acadêmico, este trabalho adotará a mesma daqui em diante.